

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ANEXO VIII – CRONOGRAMAS E DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, PLANO DE INVESTIMENTO, E REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ÍNDICE

PARTE I – CRONOGRAMAS E DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS E DO PLANO DE INVESTIMENTOS	3
1. ELABORAÇÃO, RITO DE CERTIFICAÇÃO, NÃO OBJEÇÃO DA ARTESP E REGRAMENTO PÓS APROVAÇÃO	3
2. RITO DE CERTIFICAÇÃO E NÃO OBJEÇÃO DA ARTESP	3
3. REGRAMENTO PÓS APROVAÇÃO	5
 PARTE II – REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA POR MEIO DO APORTE, DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E DA RECEITA TARIFÁRIA.....	6
4. APORTE	6
5. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	9
6. RECEITA TARIFÁRIA	16
7. PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA E FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA	18
8. REAJUSTES E OUTRAS AVENÇAS	27

PARTE I – CRONOGRAMAS E DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS E DO PLANO DE INVESTIMENTOS

1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS

1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e apresentar à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO de cada EMPREENDIMENTO sob sua responsabilidade, observando as diretrizes deste ANEXO e os marcos temporais constantes do ANEXO VIII.A (planilha).

1.1.1. Ao elaborar seu CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, a CONCESSIONÁRIA poderá estabelecer datas diferentes daquelas dispostas no ANEXO VIII.A (planilha) para os marcos intermediários de cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTO, desde que seja respeitada a data de conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS e que a CONCESSIONÁRIA considere os fluxos de remuneração do APORTE previstos na Parte II deste ANEXO.

1.1.2. A data de conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS também poderá ser adiantada com relação à prevista no ANEXO VIII.A (planilha), hipótese em que se observará o disposto no item 1.2 .

1.2. Caso a CONCESSIONÁRIA se valha da possibilidade prevista no item 1.1.2 e elabore CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO que preveja a antecipação da data de início de OPERAÇÃO COMERCIAL, será aplicável o regramento disposto nos subitens abaixo.

1.2.1. O PODER CONCEDENTE e a ARTESP adotarão as medidas necessárias para assegurar o pagamento tempestivo das parcelas do APORTE e da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 aplicáveis, incluindo a adequada previsão orçamentária na Lei de Orçamento Anual do Estado.

1.2.2. A decisão unilateral da CONCESSIONÁRIA de antecipação das datas de conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTO não caracterizará EVENTO DE DESEQUILÍBRIO em favor da CONCESSIONÁRIA.

1.2.2.1. A despeito da possibilidade de antecipação da conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTO, caso a CONCESSIONÁRIA deseje que sejam considerados os efeitos no equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrentes de antecipação de investimentos específicos necessários para prestação dos SERVIÇOS, deverá pleitear a alteração de cronograma na forma do regulamento vigente, sendo o reequilíbrio processado nos termos da Cláusula 24 do CONTRATO.

1.2.2.2. Nos casos previstos no subitem supra, o cronograma vigente somente será modificado após aprovação expressa da ARTESP e do PODER CONCEDENTE, se o caso.

2. RITO DE CERTIFICAÇÃO E NÃO OBJEÇÃO DA ARTESP

2.1. A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá analisar a documentação, emitir CERTIFICAÇÃO e enviá-la junto com suas considerações à ARTESP e à CONCESSIONÁRIA em até 30 (trinta) dias do envio

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 0.

- 2.1.1. Caso a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO julgue que o respectivo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO não foi elaborado em conformidade com as diretrizes deste ANEXO e com os marcos temporais dispostos no ANEXO VIII.A (planilha), observada a prerrogativa estabelecida no item 1.1.1, deverá informar a CONCESSIONÁRIA e a ARTESP acerca de sua reprovação.
 - 2.1.2. Emitida a reprovação, a CONCESSIONÁRIA deverá reapresentar o respectivo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO em até 15 (quinze) dias.
 - 2.1.3. Em até 15 (quinze) dias da reapresentação, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá emitir a CERTIFICAÇÃO ou a nova reprovação do respectivo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO.
 - 2.1.4. Caso a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO julgue que o respectivo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO está em conformidade com as diretrizes deste ANEXO e com os marcos temporais dispostos no ANEXO VIII.A (planilha), deverá emitir sua CERTIFICAÇÃO e informar a CONCESSIONÁRIA e a ARTESP.
 - 2.1.5. Emitida a CERTIFICAÇÃO, a ARTESP terá o prazo de até 10 (dez) dias para emitir sua não objeção ao respectivo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, sendo certo que qualquer objeção apresentada deverá ser devidamente justificada e fundamentada em evidências claras de erro ou omissão flagrante na elaboração do documento ou no descumprimento de regras expressamente previstas no CONTRATO.
- 2.2. Os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS que tenham sido objeto de CERTIFICAÇÃO e não objeção pela ARTESP passarão a integrar o PLANO DE INVESTIMENTOS e orientarão a execução dos EMPREENDIMENTOS.
- 2.3. Os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS apresentados pela CONCESSIONÁRIA para avaliação da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e da ARTESP não se confundem com o CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO, utilizado para fins de gestão contratual e acompanhamento da realidade fática das obras, o qual deverá ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e mantido permanentemente atualizado, de acordo com as perspectivas mais atuais de evolução dos EMPREENDIMENTOS, ainda que indiquem atrasos, antecipações ou postergações em relação aos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS.
- 2.3.1. Para atualização do CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO a que se refere o item 2.3 acima, deverá ser considerada, exclusivamente, a perspectiva de evolução dos EMPREENDIMENTOS, independentemente da PARTE à qual for imputável o risco ou a responsabilidade por variações em relação aos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer cópia à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e à ARTESP de cada atualização do CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO.
- 2.4. Os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS poderão ser alterados nas seguintes hipóteses:
- i. Para movimentação dos prazos de referência dos PACOTES DE INVESTIMENTOS indicados no ANEXO VIII.A (planilha);

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- ii. Para alteração de prazos de execução dos EMPREENDIMENTOS, em função da materialização de risco atribuído ao PODER CONCEDENTE que impacte a execução dos prazos originalmente estabelecidos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS;
 - iii. Para alteração de prazos de execução das INTERVENÇÕES, caso o PODER CONCEDENTE decida delegar sua execução à CONCESSIONÁRIA; e
 - iv. Para alteração de prazos de execução dos EMPREENDIMENTOS que sejam impactados por novos prazos para execução das INTERVENÇÕES.
- 2.4.1. Em qualquer caso, as alterações dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS serão formalizadas via apostilamento do CONTRATO, sendo certo que deverá ser observado o rito previsto no item 2.1 para sua CERTIFICAÇÃO e não objeção.
- 2.4.2. As alterações dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS que importem em movimentação nos prazos de conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS observarão o regramento disposto neste ANEXO.
- 2.4.3. A CONCESSIONÁRIA assumirá todo e qualquer encargo relativo à alteração dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS que não forem apresentados em conformidade com o quanto disposto neste ANEXO.
- 2.5. O descumprimento, pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, dos prazos estabelecidos no CONTRATO e/ou nos ANEXOS para análise dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, quando acarretar atrasos na data de início ou de conclusão dos EMPREENDIMENTOS, será imputado à CONCESSIONÁRIA, inclusive para fins de alocação de risco, mesmo quando tais documentos forem apresentados em conformidade com o disposto no CONTRATO.
- 2.6. A não objeção pela ARTESP aos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS não implicará a assunção de qualquer responsabilidade técnica por parte do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP.

3. REGRAMENTO PÓS APROVAÇÃO

- 3.1. A partir de 60 (sessenta) dias contados da data de não objeção dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS pela ARTESP, a CONCESSIONÁRIA, trimestralmente, deverá encaminhar à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e à ARTESP (i) relatório de progresso referente ao andamento das atividades e (ii) CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO, ambos tendo como referência o respectivo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, apontando as atividades concluídas e o estágio de andamento e previsão de conclusão das demais.
- 3.2. A CONCESSIONÁRIA será penalizada pelo descumprimento de prazos ou marcos temporais previstos no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO que estejam sob seu controle ou sofram impacto de suas ações ou omissões, direta ou indiretamente, ou que decorram de eventos de risco ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no ANEXO V.
- 3.3. Os prazos contratuais atribuídos à CONCESSIONÁRIA, inclusive aqueles previstos nos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, poderão ser antecipados ou adiados, sem aplicação de penalidades, nos casos de atrasos decorrentes direta e comprovadamente de:

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- i. Evento cujo risco foi atribuído exclusivamente ao PODER CONCEDENTE, ou, ainda, no caso de descumprimentos contratuais do PODER CONCEDENTE;
- ii. Eventos previstos nas Cláusulas 20.1.7 e 20.1.2 do CONTRATO, desde que a CONCESSIONÁRIA demonstre que tomou todas as medidas cabíveis para evitar a materialização do risco e que não concorreu culposa ou dolosamente para o evento, observado o disposto na Cláusula 20.1.2.1 do CONTRATO; e
- iii. Excludentes de responsabilidade previstas no ANEXO V.

PARTE II – REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA POR MEIO DO APORTE, DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E DA RECEITA TARIFÁRIA

4. APORTE

4.1. O APORTE será devido quando da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, a partir da certificação a ser realizada pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso.

4.2. A parcela do APORTE correspondente a determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS será devida em parcela única, conforme indicado no ANEXO VIII.A, quando da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO PLENA do respectivo pacote.

4.3. Após a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou a CONCLUSÃO PLENA de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar à ARTESP, bem como à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou ao AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO.

- 4.3.1. A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO será responsável por emitir a CERTIFICAÇÃO da conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS relativos a EMPREENDIMENTOS OBRA.
- 4.3.2. O AUDITOR INDEPENDENTE será responsável por emitir a APROVAÇÃO dos PACOTES DE INVESTIMENTOS relativos a EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE.
- 4.3.3. A CONCESSIONÁRIA somente poderá enviar 1 (uma) NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO por mês calendário a cada AGENTE DE FISCALIZAÇÃO.
- 4.3.4. A NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO incluirá relatório de medição a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá conter (i) a descrição do(s) PACOTE(s) DE INVESTIMENTO(s) concluído(s); (ii) a declaração, a ser emitida pelo técnico responsável, sobre o cumprimento: (a) das especificações técnicas constantes do CONTRATO e de seus ANEXOS; (b) das normas nacionais e internacionais, assim como (c) das técnicas e métodos aplicáveis e (iii) os montantes considerados devidos a título de APORTE e/ou de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA, nos termos do ANEXO VIII.A.
- 4.3.5. A CONCESSIONÁRIA deverá, até o dia 5 (cinco) de cada mês calendário, enviar à ARTESP e à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e/ou ao AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, documento contendo a lista de PACOTES DE INVESTIMENTOS que pretende incluir na NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO a ser enviada no mês seguinte, bem como quaisquer informações adicionais que julgue pertinentes.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 4.3.5.1. A ARTESP, o AUDITOR INDEPENDENTE e a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO poderão solicitar informações sobre os PACOTES DE INVESTIMENTOS listados no documento indicado no item 4.3.5 à CONCESSIONÁRIA, a fim de antecipar análises e planejar os procedimentos de verificação que subsidiarão a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO.
- 4.3.5.2. O processo de que trata o item 4.3.5.1 não impactará, em qualquer medida, a prerrogativa de a CONCESSIONÁRIA enviar a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO contemplando os PACOTES DE INVESTIMENTOS indicados no documento de que trata o item 4.3.5, nem o prazo para a emissão da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que consta no item 4.4.

4.4. Após o recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, emitida pela CONCESSIONÁRIA, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou o AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, remeterá à CONCESSIONÁRIA e à ARTESP, no prazo de até 15 (quinze) dias, NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que contenha o laudo técnico de CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO.

- 4.4.1. O laudo técnico de CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO deve incluir (i) relatório de fiscalização com o detalhamento do(s) PACOTE(s) DE INVESTIMENTO(s) concluído(s); (ii) a atestação de CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, de CONCLUSÃO PLENA, ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA, e (iii) os montantes devidos a título de APORTE e/ou de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA, nos termos do ANEXO VIII.A.
- 4.4.2. Em caso de CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, ou o AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, deverá encaminhar relatório de fiscalização parcial à CONCESSIONÁRIA e à ARTESP, com a indicação de possíveis alternativas para saneamento das inconformidades, sem prejuízo da discricionariedade da CONCESSIONÁRIA na escolha da forma de saneamento, desde que permitidos nos termos do CONTRATO.
- 4.4.3. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as inconformidades apontadas pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, e submeter nova NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, reiniciando o procedimento previsto no item 4.3 e seguintes.

4.5. Em até 30 (trinta) dias do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO emitida pelo AUDITOR INDEPENDENTE, ou pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, a ARTESP poderá indicar inconformidades relativas ao(s) PACOTES(s) DE INVESTIMENTO(s), devendo enviá-los para consideração do agente emissor da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO.

- 4.5.1. Quando a ARTESP não identificar inconformidades no âmbito da respectiva NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, ela deverá emitir a correspondente NOTIFICAÇÃO DE APORTE em até 5 (cinco) dias do fim do prazo disposto no item 4.5.
- 4.5.2. Os apontamentos da ARTESP deverão ser respondidos pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias de seu recebimento.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 4.5.3. Em até 15 (quinze) dias da resposta da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE, a ARTESP emitirá decisão final fundamentada em aspectos técnicos, contratuais e/ou na resposta que receber do agente competente, sendo que a decisão da ARTESP prevalecerá, para todos os efeitos, sobre as conclusões da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso.
- 4.5.3.1. Caso, no âmbito da decisão final descrita no item 4.5.3, a ARTESP entenda que não restam inconformidades em relação aos respectivos PACOTES DE INVESTIMENTOS, ela deverá emitir a correspondente NOTIFICAÇÃO DE APORTE, no prazo de 5 (cinco) dias da referida decisão.
- 4.5.4. Caso a ARTESP deixe de se manifestar ao final dos prazos dispostos nos itens 4.5 ou 4.5.3, as conclusões da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE constantes da respectiva NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO produzirão, provisoriamente e observado o disposto no item 4.5.5, os efeitos correspondentes, nomeadamente o direito ao recebimento do APORTE e da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, conforme aplicável.
- 4.5.5. A ARTESP, no período de até 1 (um) ano da emissão da respectiva NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, poderá se manifestar ou exercer nova fiscalização a fim de constatar irregularidades ou vícios não identificados, fixando prazo para que a CONCESSIONÁRIA realize os ajustes necessários para a eliminação de eventuais irregularidades constatadas.
- 4.5.5.1. Caso a ARTESP entenda que a CONCLUSÃO PLENA ou a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS não fora cumprida inicialmente, o correspondente benefício econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA, exclusivamente relacionado ao APORTE, deverá ser apurado pela ARTESP, na forma do item 4.5.5.3 (“VALOR DE AJUSTE DO APORTE”).
- 4.5.5.2. O VALOR DE AJUSTE DO APORTE deverá ser descontado do montante aplicável à NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à fiscalização que tenha atestado a correção das inconformidades que geraram o referido ajuste.
- 4.5.5.3. O VALOR DE AJUSTE DO APORTE deverá ser calculado a partir da aplicação da taxa SELIC sobre o valor do APORTE relacionado ao respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS que tenha sido objeto de contestação após a avaliação da ARTESP, considerando o período entre o pagamento do APORTE e a data da emissão da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à fiscalização que tenha atestado a correção das inconformidades que geraram o referido ajuste.
- 4.5.5.4. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as irregularidades apontadas pela ARTESP dentro do prazo afixado para correção, sob pena de aplicação das sanções correspondentes, conforme ANEXO V, sem prejuízo à discricionariedade da CONCESSIONÁRIA na escolha da forma de saneamento, desde que permitidos nos termos do CONTRATO.
- 4.5.6. O cumprimento do disposto no item 4.5.5 não impactará a emissão de nova NOTIFICAÇÃO

DE CONCLUSÃO, NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, ou NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO.

4.6. Eventuais divergências relacionadas à conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS poderão ser submetidas aos mecanismos de solução de controvérsias disciplinados no CAPÍTULO XXIII do CONTRATO.

5. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

5.1. A partir do início da FASE OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, que será paga mensalmente, nos termos deste ANEXO e da seguinte fórmula:

$$CP_m = CPB_m + RTSQ_{m-2} + VAR_m^{<90\%} - VAR_m^{>110\%} + RTRm$$

Onde,

CP_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser paga no mês m ;

CPB_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a ser paga no mês m , observado o item 5.2;

$RTSQ_{m-2}$ é o REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO para o mês $m-2$, nos termos do item 5.4 abaixo.

$VAR_m^{<90\%}$ é o VALOR DE AJUSTE DE RECEITA no mês “ m ”, devido pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do item 7.26 abaixo;

$VAR_m^{>110\%}$ é o VALOR DE AJUSTE DE RECEITA no mês “ m ”, devido pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 7.26 abaixo; e

$RTRm$ é o Reembolso de Tributos aplicável para o mês m , nos termos do item 5.3 abaixo.

5.2. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$CPBm = (CPF1m + CPF2m) \times (1 - OF) + CPVm \times (1 - OF - DDm)$$

Onde,

$CPBm$ é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a ser paga no mês m ;

$CPF1m$ é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 a ser paga no mês m ;

$CPF2m$ é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 a ser paga no mês m ;

$CPVm$ é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL a ser paga no mês m ;

OF é o desconto correspondente ao percentual de 1,90% (um virgula noventa por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO no mês m ; e

DDm é o DESCONTO DE DESEMPENHO vigente para o mês m , nos termos do item 5.3 abaixo;

5.3. O DESCONTO DE DESEMPENHO será calculado nos termos na seguinte fórmula:

$$DDm = 100\% - (80\% + 20\% \times IQS)$$

Onde,

DDm é o DESCONTO DE DESEMPENHO vigente para o mês m ; e

IQS é o INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO, vigente para o mês, nos termos do ANEXO III.D e do CONTRATO.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

5.4. Conforme disposto na Cláusula 22.6.7 do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA terá direito ao reembolso das despesas relativas aos tributos incorridos na contratação do OPERADOR SUBCONTRATADO.

5.4.1. O REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO será constituído pelos tributos recolhidos incidentes sobre a receita do OPERADOR SUBCONTRATADO, nomeadamente o ICMS, o ISS, o PIS e o COFINS.

5.4.2. Até o 5º (quinto) dia do início de cada mês contratual, a CONCESSIONÁRIA enviará à ARTESP e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE os documentos comprobatórios relativos aos custos incorridos com os tributos incidentes sobre os serviços subcontratados, que deverá avaliar a documentação apresentada em até 5 (cinco) dias.

5.4.2.1. Até fim do prazo previsto no item acima, o VERIFICADOR INDEPENDENTE analisará as informações recebidas da CONCESSIONÁRIA e enviará à ARTESP esta documentação e suas conclusões em formato de parecer, com a devida fundamentação e documentos complementares que considerar necessários.

5.4.2.2. A ARTESP deverá manifestar sua decisão final em até 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, da qual a CONCESSIONÁRIA poderá recorrer na forma dos mecanismos estabelecidos no CAPÍTULO XXIV do CONTRATO.

5.4.3. Conforme disposto no item 5.1, o REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO comporá o montante relativo à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser calculado no segundo mês subsequente à comprovação descrita no item 5.4.2.

5.4.4. Caso haja a possibilidade de recuperação de créditos dos tributos relacionados às atividades do OPERADOR SUBCONTRATADO, a CONCESSIONÁRIA, ou o OPERADOR SUBCONTRATADO, quando couber a ele o recolhimento do tributo, deverá empreender todas as medidas necessárias para sua efetivação, sendo certo que o REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO considerará apenas os tributos efetivamente recolhidos ao fisco, descontando-se eventuais créditos obtidos.

5.4.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá demonstrar que tomou todas as providências ao seu alcance, em âmbito administrativo e judicial, inclusive com a interposição de todos os recursos cabíveis, para recuperar os créditos tributários, conforme tais providências sejam cabíveis à luz da lei e/ou orientações normativas, posicionamentos doutrinários, pareceres da advocacia pública, ou precedentes judiciais e administrativos vigentes e conhecidos.

5.4.4.2. Caso a CONCESSIONÁRIA não empreenda as medidas necessárias, ou por qualquer motivo a ela atribuível não seja possível recuperar créditos dos tributos de que tratam este item 5.4, a ARTESP poderá solicitar ao VERIFICADOR INDEPENDENTE a apuração do desconto do valor que seria deduzido do tributo do cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.

5.4.4.3. A dedução de que trata o item 5.4.4.2 acima será apurada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE anualmente, em até 30 (trinta) dias da conclusão de cada

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ano contratual e efetivada por meio das NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes, sendo lícito o desconto de até 5% (cinco por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA de cada mês, até que o saldo da dedução seja integralmente quitado, sem qualquer reajuste.

- 5.5. Caso, por qualquer motivo, sejam necessários ajustes referentes aos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, especialmente aqueles relacionados ao INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO, estes deverão ser objeto de compensação no âmbito da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente à sua definição, salvo acordo em contrário entre as PARTES.
- 5.6. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA será paga por meio de recursos da CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do item 6.

CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 (CPF1)

5.7. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 é composta por parcelas correspondentes aos PACOTES DE INVESTIMENTOS identificados no ANEXO VIII.A, cujo pagamento iniciar-se-á com o início da FASE OPERACIONAL, desde que ocorrida a correspondente CONCLUSÃO PLENA de cada um deles, e obtida a CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO pela ARTESP nos termos do item 4. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 será paga até o fim do PRAZO DA CONCESSÃO.

5.8. A CPF1 deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CPF1_m = \sum_{i=1}^t CPF1_i$$

Onde,

CPF1_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 a ser paga no mês *m*; e

CPF1_i é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS *i*, a ser calculada conforme o item 5.9 abaixo.

5.9. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS *i* será calculada por meio da conversão do VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 indicado no ANEXO VIII.A em parcelas mensais que serão devidas quando da satisfação das condições aplicáveis, nos termos da seguinte fórmula:

$$CPF1_i = (VPCPF1_i \times 1,008863^{t-1}) \times \left[\frac{(0,008863) \times (1,008863)^{360-t}}{(1,008863)^{360-t} - 1} \right]$$

Onde,

CPF1_i é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS *i*, à qual a CONCESSIONÁRIA já faz jus em decorrência da respectiva CONCLUSÃO PLENA e início da FASE OPERACIONAL;

VPCPF1_i é o VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS *i*, indicado no ANEXO VIII.A; e

t é o número referente ao mês contratual em que se inicia a FASE OPERACIONAL, desde que ocorrida a CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, sendo certo que:

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 5.9.1. Caso haja antecipação do início da FASE OPERACIONAL e a CONCESSIONÁRIA não tenha utilizado a possibilidade descrita no item 1.2:
- i. t será o valor para início da FASE OPERACIONAL indicada no ANEXO III.B;
 - ii. os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual t ; e
 - iii. não haverá desequilíbrio favorável à CONCESSIONÁRIA decorrente da antecipação do início da operação.
- 5.9.2. Caso haja antecipação do início da FASE OPERACIONAL e a CONCESSIONÁRIA tenha utilizado a possibilidade descrita no item **Error! Reference source not found.:**
- i. t será o valor do mês contratual em que ocorrer o início da OPERAÇÃO COMERCIAL;
 - ii. os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual t ; e
 - iii. não haverá desequilíbrio favorável à CONCESSIONÁRIA decorrente da antecipação de investimentos.
- 5.9.3. Caso haja atraso no início da FASE OPERACIONAL, será atribuível ao PODER CONCEDENTE:
- i. t será o valor do mês contratual em que era previsto o início da FASE OPERACIONAL no ANEXO III.B;
 - ii. os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual t ; e
 - iii. observar-se-á o item 5.12 em relação à aferição do eventual desequilíbrio contratual.
- 5.9.4. Caso haja atraso no início da FASE OPERACIONAL atribuível à CONCESSIONÁRIA:
- i. t será o valor do mês contratual em que ocorrer o início da FASE OPERACIONAL;
 - ii. os pagamentos serão incluídos na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO do mês seguinte ao mês contratual t ; e
 - iii. observar-se-á o item 5.12 em relação à aferição do eventual desequilíbrio contratual.

5.10. As parcelas da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 originalmente previstas no ANEXO VIII.A deverão ter seu pagamento cessado ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO original, mesmo em caso de extensão do referido prazo, a não ser que o termo aditivo modificativo que formalize a extensão preveja o recálculo e o correspondente aumento do número de parcelas deste componente de

remuneração.

5.11. Caso, por qualquer motivo, a CONCESSIONÁRIA não faça jus ao pagamento de um mês calendário completo, o cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA será realizado pro rata die, considerando o período no qual a CONCESSIONÁRIA faz jus à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA daquele mês.

5.12. Independentemente da aplicação da fórmula disposta no item 5.9 e das disposições a ela relacionadas, no processamento das REVISÕES ORDINÁRIAS a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverá observar os efeitos positivos ou negativos decorrentes das hipóteses de atraso ou antecipação de investimentos **Error! Reference source not found..**

CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 (CPF2)

5.13. A CONCESSIONÁRIA fará jus à CPF2 a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL até a extinção do CONTRATO.

5.14. A CPF2 será calculada nos termos da seguinte fórmula:

$$CPF2_m = CPF2 \times \frac{DDisp_m}{D_m}$$

Onde:

CPF2_m é a CPF2 correspondente ao mês *m*;

CPF2 é a CPF2 integral, no valor de R\$[•] ([•]), conforme a PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA, na DATA BASE;

DDisp_m é o número de dias em que a LINHA foi considerada disponível no mês *m*, nos termos do item 5.15;

D_m é o número de dias totais no mês *m*;

5.15. A LINHA será considerada disponível em cada dia quando os seguintes critérios forem atendidos:

- i. A LINHA não tiver o serviço interrompido por mais de 60 minutos em um período de operação comercial diário;
- ii. Nenhuma estação for fechada ao público por mais de 60 minutos em um período de operação comercial diário;
- iii. Ofertar menos de 80% (oitenta por cento) das viagens programadas para o dia.

5.15.1. A LINHA não será considerada indisponível caso a CONCESSIONÁRIA não puder cumprir as condições indicadas no item 5.15 por motivos que não sejam a ela imputáveis, tais como:

- a. Caso fortuito ou força maior;

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- b. Interrupções ou reduções de serviço devido a atividades de manutenção programada, previamente acordadas e comunicadas ao PODER CONCEDENTE e aos USUÁRIOS;
 - c. Atos de vandalismo ou sabotagem, tais como danos intencionais à infraestrutura do sistema, incluindo trilhos, estações, TRENS e sistemas de sinalização, causados por terceiros;
 - d. Acidentes externos que afetem a integridade física da infraestrutura ou a segurança da operação do sistema.
- 5.15.2. Em qualquer hipótese de indisponibilidade da LINHA, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, de forma detalhada e fundamentada, a justificativa para a indisponibilidade ocorrida. Tal justificativa deverá ser encaminhada ao VERIFICADOR INDEPENDENTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o início da indisponibilidade
- 5.15.3. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá avaliar o pleito de indisponibilidade apresentado pela CONCESSIONÁRIA em até 5 (cinco) dias de sua apresentação, verificando a adequação da justificativa e a conformidade com os critérios aplicáveis e deverá informar à ARTESP os resultados de sua avaliação, para fins de consideração nas NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO.
- 5.15.4. Caso haja atraso no início da OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível à CONCESSIONÁRIA, esta somente terá direito ao recebimento da CPF2 correspondente quando do efetivo início, sem fazer jus a qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária.
- 5.15.5. Caso haja atraso no início da OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA somente terá direito ao recebimento da CPF2 correspondente quando do efetivo início, acrescida de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar da data em que teria iniciado a OPERAÇÃO COMERCIAL, não fosse o atraso atribuível ao PODER CONCEDENTE, e até a data do efetivo pagamento.

Apuração da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL

- 5.16. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL será calculada nos termos da seguinte fórmula:

$$CPV_m = PUKM_m \times CKM_m$$

Onde:

CPV_m é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL correspondente ao mês contratual m ; e
 $PUKM_m$ é o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM válido no mês m , observado o item 5.17;
 CKM_m são os CARRO X KM DE SERVIÇOS percorridos no mês m .

- 5.17. O PREÇO UNITÁRIO CARRO KM tem o valor de R\$[(•)] [(•)], conforme a PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA, na DATA BASE.

- 5.18. A CONCESSIONÁRIA fará jus à CPV a partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL até a extinção do CONTRATO.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 5.18.1. Caso haja atraso no início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível à CONCESSIONÁRIA, esta somente terá direito ao recebimento da CPV correspondente quando do efetivo início, sem fazer jus a qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária.
- 5.18.2. Caso haja atraso no início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL atribuível ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA somente terá direito ao recebimento da CPV correspondente quando do efetivo início, acrescida de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar da data em que teria iniciado a OPERAÇÃO COMERCIAL, não fosse o atraso atribuível ao PODER CONCEDENTE, e até a data do efetivo pagamento.

5.19. O valor ao qual a CONCESSIONÁRIA fará jus será aquele definido nos termos deste ANEXO, sendo certo que, para que os cálculos sejam realizados, a CONCESSIONÁRIA deverá ter empreendido todas as medidas necessárias para gerar os dados necessários para calcular a CPV.

Cálculo dos CARROS X QUILOMETRO DE SERVIÇO

5.20. Para calcular os quilômetros percorridos pelos carros, devem ser consideradas as seguintes variáveis: (i) a extensão da LINHA; (ii) o número total de viagens realizadas mensalmente pelos TRENS e (iii) o número de carros de cada TREM.

- 5.20.1. O programa SIGO – Sistema Informatizado de Gestão da Operação, disciplinado no ANEXO III.A, deve registrar todas as viagens integral ou parcialmente realizadas, em cada SERVIÇO, bem como o número de carros utilizados em cada uma das viagens
- 5.20.2. Ao final de cada mês, o SIGO deverá ser capaz de registrar, para cada SERVIÇO, o total de viagens comerciais realizadas e as respectivas distâncias (km) e números de carros disponibilizados, gerando, assim, o CKM referente ao respectivo mês.
- 5.20.2.1. Para fins do cálculo do CKM, considerar-se-ão os carros com a capacidade (oferta de lugares) especificada no ANEXO III.A. Eventual utilização de carros com capacidade distinta ensejará a revisão proporcional dos preços unitários deste ANEXO.

5.20.3. Para fins do cálculo da CKM, a extensão entre cada estação contemplada na LINHA, é a seguinte:

Distância entre estações (Km)	Sorocaba	Brigadeiro Tobias	São Roque	Amador Bueno	Carapicuíba	Água Branca
Sorocaba	-	11,37	37,16	56,75	73,35	89,50
Brigadeiro Tobias	11,37	-	25,79	45,38	61,98	78,13
São Roque	37,16	25,79	-	19,59	36,19	52,34
Amador Bueno	56,75	45,38	19,59	-	16,60	32,75
Carapicuíba	73,35	61,98	36,19	16,60	-	16,15
Água Branca	89,50	78,13	52,34	32,75	16,15	-

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

5.20.3.1. Na hipótese de incorporação de extensões à LINHA originalmente não prevista do CONTRATO, o termo aditivo modificativo que prever a ampliação também aditará a tabela acima para incluir a extensão entre estações e distâncias para os novos trechos operados, a fim de permitir a atualização da CKM, salvo previsão diversa no referido instrumento.

5.20.3.2. A extensão referida na tabela acima deverá ser atualizada pela ARTESP uma vez implantado o SIGO e sempre que novas extensões foram incorporadas à CONCESSÃO, de forma a guardar coerência entre as extensões da LINHA e o cálculo da CKM.

6. RECEITA TARIFÁRIA

6.1. A partir do início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, a CONCESSIONÁRIA fará jus à RECEITA TARIFÁRIA (RT) na oferta do SERVIÇO PADRÃO, por meio do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO e será composta pela RECEITA TARIFÁRIA DO SERVIÇO EXPRESSO aplicado para viagens no SERVIÇO EXPRESSO e pela RECEITA TARIFÁRIA DO SERVIÇO PARADOR para viagens entre duas estações.

6.2. O valor da TARIFA do SERVIÇO EXPRESSO terá seu primeiro cálculo contratual previamente ao início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, será considerado um valor base de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) a ser reajustado monetariamente pela variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior àquele previsto no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO para o início da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL, que será considerado como mês de referência para atualização da TARIFA.

6.2.1. Nos anos subsequentes, a TARIFA será reajustada anualmente no mês de referência considerando a variação do IPCA e será aplicada no mês subsequente.

6.2.2. Para fins de formalização da atualização do valor da TARIFA, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar comunicação à ARTESP até 10 dias anteriores à data de aniversário do mês de referência de que trata o 6.2, contendo os cálculos de atualização aplicáveis à TARIFA, bem como os valores ao SERVIÇO PARADOR resultantes da aplicação do FATOR DE QUILOMETRAGEM.

6.2.3. A ARTESP deverá, até a data de aniversário do mês de referência de que trata o item 6.2., responder à comunicação da CONCESSIONÁRIA para fins de chancela dos valores apresentados.

6.2.4. O atraso no aceite da atualização dos valores da TARIFA não ensejará o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO se decorrer de erro ou imprecisão nos cálculos apresentados pela CONCESSIONÁRIA.

6.3. O valor da TARIFA do SERVIÇO PARADOR entre duas estações corresponderá ao valor da TARIFA do SERVIÇO EXPRESSO multiplicada pelo FATOR DE QUILOMETRAGEM nos termos da seguinte fórmula:

$$TP_{i-j} = TE * FQ_{i-j}$$

Onde:

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

TP_{i-j} é a valor da TARIFA do SERVIÇO PARADOR entre as estações i e j ;
 TE é o valor da tarifa do SERVIÇO EXPRESSO nos termos do item 6.2; e
 FQ_{i-j} é o FATOR DE QUILOMETRAGEM entre as estações i e j .

6.4. O FATOR DE QUILOMETRAGEM é determinado pela quantidade de quilômetros percorridos pelos usuários desde sua origem até seu destino em relação à extensão total do TIC EIXO OESTE, variando de estação para estação segundo a tabela abaixo:

FATOR DE QUILOMETRAGEM (%)	Sorocaba	Brigadeiro Tobias	São Roque	Amador Bueno	Carapicuíba	Água Branca
Sorocaba	-	12,70%	41,52%	63,41%	81,96%	100,00%
Brigadeiro Tobias	12,70%	-	28,82%	50,70%	69,25%	87,30%
São Roque	41,52%	28,82%	-	21,89%	40,44%	58,48%
Amador Bueno	63,41%	50,70%	21,89%	-	18,55%	36,59%
Carapicuíba	81,96%	69,25%	40,44%	18,55%	-	18,04%
Água Branca	100,00%	87,30%	58,48%	36,59%	18,04%	-

6.5. Salvo aprovação prévia da ARTESP quanto a inclusão de novos fatores, a CONCESSIONÁRIA poderá propor, por sua conta e risco, variações ao valor da TARIFA do SERVIÇO EXPRESSO, e/ou FATOR DE QUILOMETRAGEM, em função dos seguintes fatores:

- i. Frequência de utilização por um mesmo USUÁRIO;
- ii. Data e horário;
- iii. Origem e destino;
- iv. Quantidade de créditos monetários e direitos de viagem adquiridos em um mesmo ato;
- v. Data da aquisição do DIREITO DE VIAGEM;
- vi. Oferecimento de SERVIÇO PADRÃO para eventos culturais e/ou turísticos;
- vii. Oferecimento de SERVIÇO EXECUTIVO, considerando níveis diferenciados de conforto aos USUÁRIO, observados os INDICADORES DE DESEMPENHO.

6.5.1. A proposta de variações sobre valor da TARIFA cobradas dos usuários deverá ser detalhada em RELATÓRIO DE PLANEJAMENTO DE RECEITA TARIFÁRIA que será objeto de manifestação de não objeção pela ARTESP, observado prazo de 10 (dez) dias da submissão do relatório pela CONCESSIONÁRIA.

6.5.2. Para o SERVIÇO PADRÃO, tanto do SERVIÇO EXPRESSO, quanto do SERVIÇO PARADOR, somente será permitida variação a menor da TARIFA, por conta e risco da CONCESSIONÁRIA.

6.5.2.1. A CONCESSIONÁRIA poderá, por seu único e exclusivo seu critério e responsabilidade, oferecer desconto(s) aplicáveis na TARIFA do SERVIÇO

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

EXPRESSO, ou apenas no FATOR DE QUILOMETRAGEM.

6.5.3. Para o SERVIÇO EXECUTIVO, será permitida à CONCESSIONÁRIA variação a maior da TARIFA, por seu único e exclusivo critério e responsabilidade, respeitando o limite superior de 100% acima do valor praticando pelo SERVIÇO PADRÃO.

6.5.4. Não caberá reequilíbrio econômico-financeiro em decorrência das variações propostas e praticadas pela CONCESSIONÁRIA sobre o valor da TARIFA.

7. PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA E FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA E CONTA APORTE

Retenção de recursos decorrente de CONCLUSÃO SUBSTANCIAL

7.1. Caso a ARTESP, com apoio da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, ateste a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, serão retidos 10% (dez por cento) do valor da correspondente parcela do APORTE até que seja atestada sua CONCLUSÃO PLENA.

7.1.1. O valor de retenção indicado no item 7.1 permanecerá reservado na CONTA CENTRALIZADORA até que a ARTESP, com apoio da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, ateste a CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, sendo certo que a CONCESSIONÁRIA não fará jus a reequilíbrio econômico-financeiro, ou a qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária em relação a referido valor.

7.1.1.1. Na hipótese de atraso na emissão do atestado da CONCLUSÃO PLENA pela ARTESP, por motivo atribuível à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou ao AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, o instrumento pactuado entre eles e CONCESSIONÁRIA poderá prever a aplicação de multas e encargos próprios, não sendo o PODER CONCEDENTE responsável por quitar estes valores.

7.1.2. Quando da atestação da CONCLUSÃO PLENA, os valores reservados nos termos do item 7.1 acima relativos ao correspondente PACOTE DE INVESTIMENTOS serão transferidos da CONTA APORTE para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA, quando se efetivarem as movimentações decorrentes da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO subsequente.

Contrato de Administração de Contas

7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar minuta do contrato de administração da CONTA CENTRALIZADORA a ser celebrado entre o BANCO DEPOSITÁRIO, a CONCESSIONÁRIA, a ARTESP e o PODER CONCEDENTE, com base nas regras gerais previstas nessa cláusula, e submetê-la à prévia anuência da ARTESP em até 15 (quinze) dias da DATA DE EFICÁCIA.

7.3. A ARTESP terá 15 (quinze) dias do recebimento para avaliá-la e anuir com seu conteúdo, ou demandar eventuais alterações necessárias para o alinhamento entre as regras dispostas neste ANEXO e a referida minuta, que deverão ser implementadas pela CONCESSIONÁRIA em até 10 (dez) dias do retorno da ARTESP.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

7.4. O contrato de administração de contas deverá ser celebrado em até 60 (sessenta) dias do início da FASE PRÉ OPERACIONAL.

Regras gerais para abertura da CONTA CENTRALIZADORA

7.5. A CONTA CENTRALIZADORA, de titularidade do PODER CONCEDENTE, deverá ser aberta e mantida às expensas da CONCESSIONÁRIA.

7.5.1. A CONCESSIONÁRIA arcará integralmente com os encargos e as taxas relacionados à atuação do BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos do CONTRATO e deste ANEXO.

7.5.2. A CONTA CENTRALIZADORA deverá (i) ser aberta em até 20 (vinte) dias contados do início da FASE PRÉ OPERACIONAL e (ii) ser mantida durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.

7.6. A CONTA CENTRALIZADORA terá movimentação restrita às destinações e vinculações previstas no CONTRATO e neste ANEXO, não podendo o BANCO DEPOSITÁRIO realizar qualquer movimentação em desacordo com o previsto no contrato de administração da CONTA CENTRALIZADORA.

7.6.1. A CONTA CENTRALIZADORA receberá exclusivamente os depósitos que lhe são atribuídos no CONTRATO e neste ANEXO, não podendo outros valores serem destinados, a qualquer título, à CONTA CENTRALIZADORA.

7.7. Para todos os efeitos legais, as PARTES reconhecem que os recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA somente poderão ser movimentados pelo BANCO DEPOSITÁRIO nos termos deste ANEXO.

7.8. A CONCESSIONÁRIA deverá praticar todos os atos necessários, que lhe couberem, para promover e efetivar a abertura da CONTA CENTRALIZADORA junto ao BANCO DEPOSITÁRIO, observadas as disposições do CONTRATO e deste ANEXO.

7.8.1. A ARTESP deverá tomar todas as medidas que lhe cabem para viabilizar a abertura da CONTA CENTRALIZADORA, incluindo: (i) o fornecimento de documentos e informações; (ii) a participação, por meio de seus representantes, em reuniões com o BANCO DEPOSITÁRIO; e (iii) a realização de quaisquer outras providências que sejam requeridas para abertura da CONTA CENTRALIZADORA, nos termos estabelecidos no CONTRATO e neste ANEXO, devendo emendar seus melhores esforços para garantir que a abertura da CONTA CENTRALIZADORA ocorra de maneira tempestiva e eficiente.

7.8.2. As PARTES se obrigam a não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO para movimentação da CONTA CENTRALIZADORA em desconformidade com o CONTRATO.

7.8.3. O BANCO DEPOSITÁRIO cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam de acordo com as determinações do CONTRATO e deste ANEXO.

7.8.4. O PODER CONCEDENTE, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA terão acesso imediato, por meio eletrônico, às informações da CONTA CENTRALIZADORA.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 7.8.5. Sempre que solicitado pelas PARTES, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, informações ou documentos sobre a CONTA CENTRALIZADORA.
- 7.9. Não é admitida a utilização dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA para fins diversos dos estabelecidos no CONTRATO e neste ANEXO.
- 7.10. Para os fins dispostos neste ANEXO, as menções às contas a serem livremente movimentadas deverão ser entendidas como uma ou mais contas correntes indicadas, conforme o caso, pelas PARTES, pelos FINANCIADORES, ou por seus representantes que tenham a prerrogativa de exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos, nos termos dos instrumentos aplicáveis, como o CONTRATO, contratos de financiamento e/ou conforme o ACORDO TRIPARTITE, se celebrado.
- 7.11. As PARTES concordam que os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA poderão ser aplicados nas seguintes alternativas de investimentos (“INVESTIMENTOS PERMITIDOS”):
- i. Títulos públicos pós-fixados de emissão do Tesouro Nacional, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e neste ANEXO, de acordo com o contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO;
 - ii. Títulos privados pós-fixados emitidos por instituições financeiras de Segmento 1 - S1 e/ou Segmento 2 - S2, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO e neste ANEXO, de acordo com o contrato de administração de contas firmado com o BANCO DEPOSITÁRIO; e
 - iii. Cotas de fundo de investimento administrados por instituições financeiras de Segmento 1 - S1 e/ou Segmento 2 - S2, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as necessidades da CONTA CENTRALIZADORA, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens (i) e (ii) acima, e apenas admita a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite dessas.
- 7.12. Todas as aplicações referidas no item 7.11 acima deverão ser realizadas com recursos da CONTA CENTRALIZADORA, e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta.
- 7.12.1. Todo rendimento obtido com os investimentos realizados com os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA, inclusive de RECEITAS ACESSÓRIAS, será acrescido ao saldo da respectiva conta, para todos os fins deste ANEXO.
 - 7.12.2. A CONCESSIONÁRIA é responsável por conferir o adequado tratamento tributário aos rendimentos provenientes da CONCESSÃO, à luz da legislação aplicável, observadas as premissas estabelecidas na Cláusula 37 do CONTRATO.
- 7.13. As PARTES concordam que os valores depositados na CONTA CENTRALIZADORA poderão ser aplicados segundo decisão da CONCESSIONÁRIA, desde que em INVESTIMENTOS PERMITIDOS e em acordo com as demais disposições do contrato de administração da CONTA CENTRALIZADORA.

Recursos a serem depositados na CONTA CENTRALIZADORA

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

7.14. A CONTA CENTRALIZADORA receberá os seguintes recursos:

- (i) O valor de titularidade do PODER CONCEDENTE a ser recebido em razão do compartilhamento de RECEITAS ACESSÓRIAS;
- (ii) Depósitos provenientes do Tesouro do Estado de São Paulo para adimplemento das obrigações de pagamento do PODER CONCEDENTE;
- (iii) Eventuais valores oriundos de outros sistemas de arrecadação e/ou câmaras de compensação, na forma e nos limites que vierem a ser definidos pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARTESP;
- (iv) Valores a título de RECEITA TARIFÁRIA decorrentes dos recursos do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM a ser implementado pela CONCESSIONÁRIA nos termos do ANEXO X.

7.15. Os valores referidos no item 7.14 constituirão o saldo destinado para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e demais itens previstos no item 7.34, no montante a ser notificado pela ARTESP, nos termos do item 7.19 abaixo, devendo ser observado também o regramento das garantias prestadas pelo PODER CONCEDENTE, conforme a Cláusula 52 do CONTRATO.

Pagamento do APORTE e excussão de garantia pela CONCESSIONÁRIA

7.16. O APORTE será pago com recursos obtidos pelo PODER CONCEDENTE por meio de financiamento ou outra forma de disponibilização dos recursos, os quais serão direcionados para a CONTA APORTE, que terá como único objetivo o recebimento dos valores do FINANCIAMENTO DO APORTE.

7.16.1. A CONTA APORTE será de titularidade do PODER CONCEDENTE e somente poderá ser movimentada para o pagamento do APORTE à CONCESSIONÁRIA, conforme procedimento abaixo.

7.17. A ARTESP deverá encaminhar NOTIFICAÇÃO DE APORTE ao BANCO DEPOSITÁRIO informando o montante de recursos a serem transferidos da CONTA APORTE para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA a título de pagamento da respectiva parcela do APORTE, nos termos dos itens 4.5.1 ou 4.5.3.1, conforme aplicável.

7.17.1. Caso sejam superados os prazos previstos no item 7.17 sem que a ARTESP tenha emitido a NOTIFICAÇÃO DE APORTE, a CONCESSIONÁRIA poderá emitir referida notificação diretamente ao BANCO DEPOSITÁRIO, indicando os valores previstos na NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO.

7.17.2. Recebida a NOTIFICAÇÃO DE APORTE, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a respectiva transferência em até 2 (dois) dias úteis, com os recursos disponíveis na CONTA APORTE.

7.17.3. Caso, após a NOTIFICAÇÃO DE APORTE emitida pela CONCESSIONÁRIA, haja constatação pela ARTESP de improcedência na atestação de CONCLUSÃO PLENA do respectivo PACOTE DE INVESTIMENTOS, aplicar-se-á o indicado no item 4.5.5.1.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

7.18. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá, quando da movimentação prevista no item 7.17 acima, notificar a ARTESP, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, caso seja identificada a insuficiência de recursos na CONTA APORTE para o pagamento integral da respectiva parcela do APORTE, para que sejam depositados recursos complementares na referida conta.

- 7.18.1. Recebida a notificação do BANCO DEPOSITÁRIO, a ARTESP notificará o PODER CONCEDENTE para proceder ao depósito de recursos complementares, se necessário mediante emprego de recursos do Tesouro do Estado de São Paulo, na CONTA APORTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sendo que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir o valor à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis do recebimento dos valores.

Pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e excussão de garantia pela CONCESSIONÁRIA

7.19. Até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar notificação à ARTESP e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE contendo descritivo e memória de cálculo do valor que entende fazer jus a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA referente ao mês anterior, a ser calculada nos termos deste ANEXO e considerando a CERTIFICAÇÃO da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou a APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, e o laudo de CONCLUSÃO PLENA dos PACOTES DE INVESTIMENTOS.

- 7.19.1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá avaliar a notificação enviada pela CONCESSIONÁRIA, verificando os cálculos realizados e a aderência à realidade fática dos argumentos apresentados na notificação, e enviar, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, seu parecer confirmando o valor indicado pela CONCESSIONÁRIA ou indicando qual valor seria o correto, com a devida fundamentação.
- 7.19.2. Em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento do parecer do VERIFICADOR INDEPENDENTE, a ARTESP deverá avaliar a notificação entregue pela CONCESSIONÁRIA e o respectivo parecer e manifestar sua decisão preliminar, concedendo 5 (cinco) dias úteis para eventual manifestação da CONCESSIONÁRIA.
- 7.19.3. Em até 3 (três) dias da manifestação da CONCESSIONÁRIA, ou do decurso do prazo do item 7.19.2, a ARTESP deverá emitir, como decisão final, a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO com o valor definitivo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, e encaminhá-la ao BANCO DEPOSITÁRIO, descrevendo o montante de recursos a ser transferido da CONTA CENTRALIZADORA para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA a título de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA relativa ao mês anterior.

7.20. Caso a ARTESP não se manifeste no prazo previsto no item 7.19.3, a CONCESSIONÁRIA poderá emitir NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO e encaminhá-la diretamente ao BANCO DEPOSITÁRIO, devendo nela constar o valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA descrito no relatório do VERIFICADOR INDEPENDENTE.

- 7.20.1. Caso a transferência seja realizada por meio de NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO emitida pela CONCESSIONÁRIA nos termos do item 7.20, a ARTESP terá a prerrogativa de ajustar o valor que entenda indevido nas NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

7.21. Em qualquer dos casos, recebida a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a respectiva transferência, em até 2 (dois) dias úteis.

7.22. Eventuais divergências entre as PARTES acerca do valor da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, inclusive quanto aos ajustes realizados pela ARTESP, poderão ser submetidas aos mecanismos de solução de controvérsia previstos no CONTRATO.

7.23. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá notificar a ARTESP, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, caso seja identificada a insuficiência de recursos na CONTA CENTRALIZADORA para o pagamento integral da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA devida no mês, para que sejam depositados recursos complementares na referida conta.

7.23.1. Recebida a notificação do BANCO DEPOSITÁRIO, a ARTESP notificará o PODER CONCEDENTE para proceder com o depósito de recursos complementares na CONTA CENTRALIZADORA, se necessário mediante emprego de recursos do Tesouro do Estado de São Paulo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sendo que o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferir o valor à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis do recebimento dos valores.

7.24. No caso de atraso na disponibilização, pelo PODER CONCEDENTE, de recursos complementares necessários para o pagamento do valor devido a título da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, a CONCESSIONÁRIA poderá notificar a INSTITUIÇÃO GARANTIDORA para excussão parcial ou integral da garantia prevista na Cláusula 49.4 do CONTRATO, caso constituída.

7.24.1. Para excussão da garantia em questão, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à INSTITUIÇÃO GARANTIDORA ou ao AGENTE FIDUCIÁRIO a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO que restou inadimplida devido à insuficiência de recursos na CONTA CENTRALIZADORA, bem como as comunicações entre o BANCO DEPOSITÁRIO, a ARTESP e o PODER CONCEDENTE que comprovem referida insuficiência e ausência de depósito de recursos complementares no prazo descrito no item 7.23.1.

7.24.2. O valor a ser excutido será equivalente ao expresso na NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, descontado o valor que eventualmente tenha sido pago à CONCESSIONÁRIA, acrescido de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da TAXA SELIC, a contar do encerramento do prazo previsto no item 7.21 para recebimento dos recursos pela CONCESSIONÁRIA, até um dia antes da data de sua efetiva transferência à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA pela INSTITUIÇÃO GARANTIDORA ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme o caso.

7.24.3. A INSTITUIÇÃO GARANTIDORA ou o AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme o caso, deverá realizar a transferência dos valores descritos no item 7.24.2 à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento dos documentos descritos no item 7.24.1.

Pagamento da RECEITA TARIFÁRIA e excussão de garantia pela CONCESSIONÁRIA

7.25. Nos termos do ANEXO X, a RECEITA TARIFÁRIA arrecadada pela CONCESSIONÁRIA será depositada na CONTA CENTRALIZADORA.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

7.26. Os recursos arrecadados a título de RECEITA TARIFÁRIA estarão sujeitos ao MECANISMO DE AJUSTE DE RECEITA se, dentro de um mesmo mês-calendário, os valores efetivamente arrecadados resultarem em montante inferior a 90% ou superior a 110% da RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA constante no ANEXO VIII.A.

7.26.1. A RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA é calculada na DATA BASE em função da TARIFA e será atualizada anualmente, observado o item 6.2 deste ANEXO.

7.26.2. Caso a RECEITA TARIFÁRIA resultante seja inferior a 90% da RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA, serão devidos pelo PODER CONCEDENTE os seguintes valores a título de MECANISMO DE AJUSTE DE RECEITA:

$$VAR_m^{<90\%} = 100\% * (RTR_m - (RT_m + VT_m))$$

Onde,

$VAR_m^{<90\%}$ = VALOR DE AJUSTE DE RECEITA no mês “m”, devido pelo PODER CONCEDENTE;
 RT_m = RECEITA TARIFÁRIA auferida pela CONCESSIONÁRIA no mês “m”, depositada na CONTA CENTRALIZADORA;

VT_m = Valor absoluto da soma de desconto(s) e/ou acréscimo(s) oferecido(s) pela CONCESSIONÁRIA aos PASSAGEIROS no mês “m” nos termos do item 7.27;e

RTR_m = RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA no mês “m”.

7.26.2.1. A CONCESSIONÁRIA não terá direito à complementação a título de MECANISMO DE AJUSTE DE RECEITA na hipótese de não atender a requisitos mínimos de operação indicados no ANEXO III.A e no atendimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO.

7.26.3. Caso a RECEITA TARIFÁRIA resultante seja superior a 110% da RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA, haverá o compartilhamento pela CONCESSIONÁRIA com o PODER CONCEDENTE do montante de 50% em relação ao valor excedente:

$$VAR_m^{>110\%} = 50\% * ((RT_t + VT_m) - RTR_m)$$

Onde,

$VAR_m^{>110\%}$ = VALOR DE AJUSTE DE RECEITA no mês “m”, devido pela CONCESSIONÁRIA;

RT_m = RECEITA TARIFÁRIA auferida pela CONCESSIONÁRIA no mês “m”, depositada na CONTA CENTRALIZADORA; e

VT_m = Valor absoluto da soma de desconto(s) e/ou acréscimo(s) oferecido(s) pela CONCESSIONÁRIA aos PASSAGEIROS no mês “m” nos termos do item 7.27;e

RTR_m = RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA no mês “m”.

7.26.4. A tabela abaixo estabelece, para fins deste ANEXO, a RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA projetada, expressa em valores anuais e mensais:

ANO DE CONCESSÃO	RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA	RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA no mês	Período de média
1		-	-

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ANO DE CONCESSÃO	RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA	RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA no mês	Período de média
2		-	-
3		-	-
4		-	-
5		-	-
6		-	-
7			-
8	204.248.938,11	34.041.489,69	6 meses
9	410.482.263,07	34.206.855,26	12 meses
10	412.476.289,60	34.373.024,13	12 meses
11	419.185.580,44	34.932.131,70	12 meses
12	426.265.792,38	35.522.149,36	12 meses
13	433.724.826,87	36.143.735,57	12 meses
14	441.571.116,24	36.797.593,02	12 meses
15	449.813.637,70	37.484.469,81	12 meses
16	454.249.813,48	37.854.151,12	12 meses
17	458.733.046,39	38.227.753,87	12 meses
18	463.263.883,25	38.605.323,60	12 meses
19	467.842.877,91	38.986.906,49	12 meses
20	472.470.591,37	39.372.549,28	12 meses
21	476.864.846,21	39.738.737,18	12 meses
22	481.299.970,21	40.108.330,85	12 meses
23	485.776.343,48	40.481.361,96	12 meses
24	490.294.349,66	40.857.862,47	12 meses
25	495.044.577,87	41.253.714,82	12 meses
26	499.706.305,33	41.642.192,11	12 meses
27	504.429.320,04	42.035.776,67	12 meses
28	509.172.718,99	42.431.059,92	12 meses
29	514.002.334,24	42.833.527,85	12 meses
30	518.863.091,67	43.238.590,97	12 meses

7.26.4.1. Os valores indicados na tabela acima serão reajustados anualmente conforme as condições estabelecidas na Cláusula 3.2 do CONTRATO.

7.27. Até o 2º (segundo) dia útil de cada mês, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar notificação à ARTESP e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE contendo descritivo dos valores arrecadados a título de RECEITA TARIFÁRIA e, caso o montante arrecadado esteja sujeito à aplicação do MECANISMO DE AJUSTE DA RECEITA TARIFÁRIA, indicando os valores a serem acrescidos ou subtraídos para fins de compartilhamento.

7.27.1. Na hipótese de ser devido montante pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA a

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

título de MECANISMO DE AJUSTE DA RECEITA TARIFÁRIA, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá se valer dos montantes existentes na CONTA CENTRALIZADORA para complementar o valor do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos da fórmula constante no item 7.26.2.

7.27.2. Na hipótese de ser devido compartilhamento de RECEITA TARIFÁRIA pela CONCESSIONÁRIA a título de MECANISMO DE AJUSTE DA RECEITA TARIFÁRIA, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá reter os valores na CONTA CENTRALIZADORA no pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos da fórmula constante no item 7.26.3.

7.27.2.1. O PODER CONCEDENTE poderá determinar a transferência destes valores para conta de livre movimentação do PODER CONCEDENTE.

7.27.3. Caso a ARTESP julgue necessário, poderá solicitar parecer do VERIFICADOR INDEPENDENTE sobre a comunicação da CONCESSIONÁRIA de que trata o item 7.27, que deverá encaminhá-lo até o 7º (sétimo) dia útil de cada mês.

7.28. Até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, a ARTESP emitirá NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO ao BANCO DEPOSITÁRIO, devendo nela constar o valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA que constar na comunicação da CONCESSIONÁRIA, ou no parecer do VERIFICADOR INDEPENDENTE, conforme o caso.

7.29. Recebida a NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar a respectiva transferência em até 2 (dois) dias úteis.

7.30. Eventuais divergências entre as PARTES acerca do valor da NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO, inclusive quanto aos ajustes realizados pela ARTESP poderão ser submetidas aos mecanismos de solução de controvérsia previstos no CONTRATO.

7.31. Caso seja identificada a insuficiência de recursos na CONTA CENTRALIZADORA para o pagamento integral da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA devida no mês, deverão ser seguidas as regras e procedimentos para a excussão da garantia nos termos dos itens 7.23 e seguintes, acima.

7.32. Até o último dia útil de janeiro de cada ano, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à ARTESP relatório consolidado comparando a Receita Tarifária Efetivamente Auferida com a RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA do exercício anterior, considerando os valores compensados mensalmente por meio do MECANISMO DE AJUSTE DE RECEITA:

7.32.1. Caso seja identificado divergência entre os valores efetivamente arrecadados e os valores compensados ao longo do ano, a ARTESP determinará, até o último dia útil de fevereiro, o valor a ser compensado ou devolvido, o qual será ajustado na primeira Contraprestação Pecuniária de março, por meio de transferência ou retenção na CONTA CENTRALIZADORA.

7.33. Caso a receita tarifária efetivamente auferida pela CONCESSIONÁRIA, em determinado período de apuração, seja inferior a 90% (noventa por cento) da RECEITA TARIFÁRIA DE REFERÊNCIA estabelecida para o mesmo período, o PODER CONCEDENTE poderá compensar os resultados negativos decorrentes de redução tarifária implementada como medida de política pública, com o objetivo de estimular o uso da infraestrutura concedida e promover benefícios coletivos de mobilidade e eficiência, mediante fundamentação técnica e econômica.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 7.33.1. Serão considerados resultados negativos as situações em que o efeito consolidado da redução tarifária e da variação da demanda resultar no agravamento da queda da RECEITA TARIFÁRIA efetivamente auferida em relação aos períodos imediatamente anteriores.

Movimentações da CONTA CENTRALIZADORA

7.34. Por ocasião da notificação de que trata o item 7.19 acima, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá movimentar a CONTA CENTRALIZADORA, respeitando a seguinte ordem de prioridade:

- 7.34.1. O valor devido a título do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO será transferido à conta a ser indicada pela ARTESP, observado o disposto na Cláusula 40 do CONTRATO;
- 7.34.2. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA apurado nos termos deste ANEXO, contabilizado o desconto previsto no item 5.3, somados os valores estabelecidos no item 5.4, se o caso, será transferido para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA;
- 7.34.3. Se o BANCO DEPOSITÁRIO tiver sido notificado pela ARTESP, deverá ser transferido à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA eventual valor decorrente de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do CONTRATO.

8. REAJUSTES E OUTRAS AVENÇAS

Reajuste dos componentes de remuneração

8.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 será reajustada anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, que incidirá na parcela correspondente a cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, nos termos da seguinte fórmula:

$$CPF1_{i-n} = CPF1_{i-db} \times (IPCA_n / IPCA_{db})$$

Onde,

$CPF1_{i-n}$ é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i válida durante o ano contratual n ;

$CPF1_{i-db}$ é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i calculada por meio da conversão indicada nos termos da fórmula constante do item 5.9, com valor na DATA BASE;

$IPCA_n$ é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês anterior ao do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA; e

$IPCA_{db}$ é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE i .

8.2. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 será reajustada anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO:

$$CPF2_{i-n} = CPF2_{i-db} \times (IPCA_n / IPCA_{db})$$

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

Onde,

$CPF2_{i-n}$ é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 válida durante o ano contratual n ;
 $CPF2_{i-db}$ é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 constante do item 5.14, na DATA BASE;
 $IPCA_n$ é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês anterior ao do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA; e
 $IPCA_{db}$ é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE i .

8.3. O PREÇO UNITÁRIO CARRO KM será reajustado anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, nos termos da seguinte fórmula:

$$PUKM_n = PUKM_{db} \times (IPCA_n / IPCA_{db})$$

Onde,

$PUKM_n$ é o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM válido durante o ano contratual n ;
 $PUKM_{db}$ é o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM constante do item 5.17, na DATA BASE;
 $IPCA_n$ é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL; e
 $IPCA_{db}$ é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE.

8.4. O APORTE será reajustado anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação dos índices abaixo referidos ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, que incidirá na parcela correspondente a cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, nos termos da seguinte fórmula:

$$AP_{i-n} = AP_{i-db} \times [1 + (70\% \times (\frac{INCC_n}{INCC_{db}} - 1)) + 30\% \times (\frac{IPCA_n}{IPCA_{db}} - 1)]$$

Onde,

AP_{i-n} é o APORTE correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i válido durante o ano contratual n ;
 AP_{i-db} é o APORTE correspondente ao PACOTE DE INVESTIMENTOS i indicado no ANEXO IX.A
 $IPCA_n$, é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste do APORTE;
 $IPCA_{db}$, é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE;
 $INCC_n$ é o número índice do INCC correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste do APORTE; e
 $INCC_{db}$ é o número índice do INCC correspondente à DATA BASE.

8.5. O primeiro reajuste dos componentes do APORTE será realizado na data em que se iniciar a FASE PRÉ-OPERACIONAL, considerando-se como mês de referência para o cálculo o mês calendário anterior, e os demais reajustes serão realizados anualmente, a partir da data do reajuste anterior.

8.6. O primeiro reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL, da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 será realizado na

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

data em que se iniciar a FASE OPERACIONAL, considerando-se como mês de referência para o cálculo o mês calendário anterior, e os demais reajustes serão realizados anualmente, a partir da data do reajuste anterior.

8.7. Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o disposto neste item 8, a forma de reajuste deverá ser adequada aos novos dispositivos legais, devendo ser avaliada a ocorrência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrente desta alteração.

8.8. Na hipótese de não ser conhecido o índice de reajuste previsto neste item 8, a fim de permitir que o seu cálculo seja feito na data de sua aplicação, adotar-se-á, de forma provisória, o índice calculado com base na última variação mensal disponível, até a data de sua aplicação, sem prejuízo da observância da periodicidade do reajuste.

8.8.1. Quando da publicação do índice definitivo, far-se-á a apuração e o correspondente ajuste financeiro da diferença, a maior ou a menor, considerada a mesma data de aplicação do reajuste que tenha dado origem à ocorrência, e efetuando-se o pagamento à CONCESSIONÁRIA da diferença calculada a seu favor, ou o desconto da diferença calculada a favor do PODER CONCEDENTE, no mês subsequente.

8.9. Na eventualidade de algum dos elementos do índice de reajuste previsto neste item 8 deixar de existir, a ARTESP passará de imediato à aplicação do indicador substitutivo, nos termos da legislação aplicável.

8.9.1. Caso não seja oficializado um índice substitutivo, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA definirão de comum acordo o novo indicador, adotando-se, na hipótese de não se alcançar consenso, os procedimentos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO.

Arredondamento dos cálculos

8.10. Para efeitos de reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, os valores serão calculados com 4 (quatro) casas decimais, desprezando-se os valores calculados a partir da 5ª (quinta) casa decimal, sendo arredondados mediante a aplicação dos seguintes critérios:

- 8.10.1. Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero); e
- 8.10.2. Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se-á de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

Aplicação dos reajustes

8.11. O cálculo do reajuste será feito pela CONCESSIONÁRIA será encaminhado à ARTESP com 10 (dez) dias de antecedência da data de cada reajuste.

8.11.1. A ARTESP poderá determinar à CONCESSIONÁRIA a correção do cálculo referido no item 8.11 até a véspera da data fixada para cada reajuste, obrigando-se a CONCESSIONÁRIA a realizar as correções determinadas.

8.11.1.1. O reajuste será efetivado nos termos da determinação da ARTESP, sendo certo

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

que, caso a CONCESSIONÁRIA discorde de referida determinação, poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsia disciplinados no Capítulo XXIII do CONTRATO.

- 8.11.2. Caso a ARTESP não se manifeste sobre o cálculo referido no item 8.11 até a data do reajuste, será aplicada automaticamente e provisoriamente o valor proposto pela CONCESSIONÁRIA, até a homologação da ARTESP, quando então será feito o eventual desconto ou majoração, na CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA ou no APORTE subsequente, de eventuais valores que tenham sido recebidos a maior ou a menor pela CONCESSIONÁRIA.

8.11.2.1. Na hipótese do item acima, a ARTESP poderá decidir por realizar os descontos ou majorações nas NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes em única ou múltiplas parcelas, dentro do ano calendário de aplicação do reajuste, observando-se a solvência e a liquidez da CONCESSIONÁRIA, bem como as obrigações nos financiamentos por ela contratados.

8.12. A ARTESP somente poderá deixar de homologar e autorizar o reajuste dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA ou do APORTE se demonstrar, fundamentadamente, que:

- i. Houve erro no cálculo realizado pela CONCESSIONÁRIA para alcançar o valor reajustado dos componentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA ou do APORTE, hipótese em que aplicar-se-á o disposto no item 8.11.1; ou
- ii. O período para a aplicação do reajuste não se completou.